



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681040 - SP (2021/0224328-5)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CLAUDINEI DOS SANTOS BALBINO
ADVOGADO : CLAUDINEI DOS SANTOS BALBINO - SP242964
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO CARLOS ALMEIDA DO NASCIMENTO (PRESO)
CORRÉU : KETYSUELEN COUTINHO PROENÇA
CORRÉU : FABIO ALEXANDRE RAMOS SILVA
CORRÉU : MARCELA CORDEIRO NOVAIS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO CARLOS ALMEIDA DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos autos do HC n. 2121860-02.2021.8.26.0000.

O paciente encontra-se preso preventivamente, por suposta prática dos delitos descritos nos art. 2º da Lei n. 12850/13 e art. 158, § 1º, c/c os arts. 29 e 69, todos do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo*, uma vez que negou o pedido de revogação de prisão preventiva feito no HC n. 2121860-02.2021.8.26.0000.

O acórdão recorrido traz a seguinte ementa (fl. 12):

Habeas Corpus. Organização criminosa e Extorsão qualificada - Pretensão de revogação da prisão preventiva – Impossibilidade. Presença dos requisitos da custódia cautelar – Suficientemente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente. Predicados pessoais que não socorrem o Paciente, incurso, em tese, em crimes imbuídos de altíssima gravidade em concreto, tendo sua custódia decretada com vistas à garantia da ordem pública. Paciente acusado de integrar organização criminosa, envolvido na prática de extorsão qualificada contra uma idosa. Ausência de afronta ao princípio da presunção de inocência – Estado que detém os meios cabíveis para a manutenção da ordem pública, ainda que em detrimento da liberdade do cidadão, nos casos em que tal medida se mostrar necessária. Inviabilidade da aplicação de medidas

cautelares alternativas, por insuficiência, inadequação e desproporcionalidade aos fatos tratados nos autos principais. Pleito de aplicação do art. 580 do Código de Processo Penal – Inviável no caso dos autos. Constrangimento ilegal não verificado. Ordem denegada.

Alega, em síntese, que o Juízo de primeiro grau revogou a prisão preventiva do correu Fábio, que fora flagrado juntamente com o paciente, sob o argumento de que os requisitos autorizadores da prisão preventiva não mais se mostravam presentes, mas o Tribunal *a quo* não estendeu esse efeito ao paciente, sendo as circunstâncias de ambos não idênticas.

Requer a concessão da ordem, liminarmente e no mérito, para que seja revogada a prisão preventiva com a expedição do competente alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente